



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

**Conhecimentos exigidos de profissionais contábeis: um estudo no âmbito de processos
seletivos públicos no Distrito Federal**

GUILHERME MARINHO EGLEM DE OLIVEIRA

Brasília-DF
2018



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

**Conhecimentos exigidos de profissionais contábeis: um estudo no âmbito de processos
seletivos públicos no Distrito Federal**

GUILHERME MARINHO EGLEM DE OLIVEIRA

Orientadora: Prof. Dr. Rosane Maria Pio da Silva

Brasília-DF
2018

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professora Doutora Cláudia da Conceição Garcia
Decana de Ensino de Graduação

Professora Doutora Helena Eri Shimizu
Decana de Pós-Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e Atuariais

Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Brito
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

Oliveira, Guilherme Marinho Eglem de.

Conhecimentos exigidos de profissionais contábeis: um estudo no âmbito de processos seletivos públicos no Distrito Federal

Guilherme Marinho Eglem de Oliveira – Brasília, 2018.

Orientador (a): Prof.^a Rosane Maria Pio da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Graduação) – Universidade de Brasília, 2018/1. Bibliografia.

1. Introdução.
2. Referencial teórico.
3. Procedimentos metodológicos.
4. Análise de Dados.
5. Considerações finais

GUILHERME MARINHO EGLEM DE OLIVEIRA

Conhecimentos exigidos de profissionais contábeis: um estudo no âmbito de processos seletivos públicos no Distrito Federal

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Ciências Contábeis da FACE - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Dr. Rosane Maria Pio da Silva

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Rosane Maria Pio da Silva
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Universidade de Brasília - UnB

Brasília-DF

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que me deram apoio e incentivo nas horas difíceis. Sou grato também aos meus amigos que não me deixaram ser vencido pelo cansaço. Obrigado à minha namorada Juliana, que me estimulou durante todo o desenvolvimento e compreendeu minha ausência pelo tempo dedicado aos estudos. Meus agradecimentos aos irmãos, tios e avós, que de alguma forma também contribuíram para que o sonho da faculdade se tornasse realidade e principalmente ao meu primo Henrique pelo apoio e por toda a ajuda.

Aos professores do curso, pelo apoio na carreira profissional e pelos exemplos de dedicação na divisão de seus conhecimentos. Em especial, à professora Rosane Maria Pio da Silva pela disponibilidade e boa vontade na orientação deste trabalho.

RESUMO

No contexto atual é necessário que o Contador tenha domínio das novas ferramentas trazidas pelo avanço da tecnologia e que as use com vistas a auxiliar no processo decisório. No âmbito do mercado de trabalho deste profissional existe a possibilidade de atuar em diversas áreas, sendo o serviço público uma das opções de grande procura. O presente trabalho tem por objetivo identificar qual o perfil de conhecimentos exigidos nos concursos públicos realizados no Distrito Federal no âmbito dos três poderes. Para alcance da proposta, e com de análise de conteúdo, editais de diversos processos seletivos foram analisados para identificação dessas exigências. Em conclusão, observou-se que o perfil esperado desses Contadores na esfera do Poder Legislativo e do Executivo se mostrou ser semelhante, com um enfoque no profissional que possa auxiliar no processo de decisão, enquanto que no Judiciário evidenciou-se o oposto, no sentido de que o candidato tenha domínio apenas de aspectos básicos da contabilidade, com o perfil mais técnico e menos gerencial.

Palavras-chave: Conteúdo de concurso-Público. Ciências Contábeis. Distrito Federal.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	9
1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Contextualização.....	10
1.2 Objetivo	11
1.3 Justificativa	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Conceito e Previsão Legal de Concurso Público.....	12
2.2. Perfil do Contador no contexto contemporâneo	14
2.3. Categorias de Conhecimento na Contabilidade	15
3. METODOLOGIA.....	18
4. ANÁLISE DE DADOS.....	20
4.1 Perfil de conhecimentos para a categoria Contabilidade Geral/Financeira	20
4.2 Perfil de conhecimentos para a categoria Contabilidade Pública	23
4.3 Perfil de conhecimentos para a categoria Contabilidade de Custos	25
4.4 Perfil de conhecimentos para a categoria Contabilidade Fiscal/Tributária	26
4.5 Perfil de conhecimentos para a categoria Auditoria	28
4.6 Sobre as atribuições	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS	34

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Competências de acordo com o IFAC.....	15
QUADRO 2 –Categorias de conhecimento na Contabilidade.....	16
QUADRO 3 – Síntese dos editais.....	18
QUADRO 4 - Perfil de conhecimentos para a categoria Contabilidade Geral/Financeira.....	20
QUADRO 5 - Perfil de conhecimentos para a categoria Contabilidade Pública.....	23
QUADRO 6 - Perfil de conhecimentos para a categoria Contabilidade de Custos.....	25
QUADRO 7 - Perfil de conhecimentos para a categoria Contabilidade Tributária.....	26
QUADRO 8 - Perfil de conhecimentos para a categoria Auditoria.....	28
QUADRO 9 – Atribuições e Remunerações.....	30

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

No Brasil, o acesso aos cargos públicos se dá através da realização de provas de concursos públicos, sendo sua obrigatoriedade disposta no Art. 37 da Constituição Federal de 1988. No contexto atual, percebe-se uma grande procura por parte dos brasileiros em ingressar na carreira pública. No ano de 2013 o certame realizado para provimento de vagas nos cargos de analista e de técnico do Banco Central, obteve um total de 88.589 inscritos para 500 vagas representando uma disputa de 177 por vaga. Em 2014, no processo realizado para provimento de cargos de auditor-fiscal da Receita Federal houve um total de 68.540 inscritos para 278 vagas, tendo assim uma concorrência de 246,5 por vaga. O recorde ocorreu no ano de 2017, no processo seletivo para suprimimento de 42 vagas no supremo tribunal militar, com a quantidade superior a 87 mil inscritos.

Acompanhando a grande procura da população estudos apontam que há grande interesse por parte dos estudantes do curso de Ciências Contábeis em seguir na carreira pública. O trabalho realizado por Lagiola, et al. (2007), apresenta que mais de 40% dos estudantes têm interesse em atuar no serviço público, e no âmbito do Distrito Federal os alcançados pelo estudo de Silva (2008) demonstram que 85,29% dos estudantes de instituições públicas e 60,72% de instituições particulares do DF também compartilham desse desejo.

Por outro lado, associado ao grande interesse da população em ingressar nos quadros do funcionalismo público, vieram novas exigências dos concorrentes decorrentes do processo de globalização. Nesse processo, houve um aumento natural da cobrança por profissionais mais bem capacitadas, não apenas no setor privado, mas também no setor público que passou a requerer candidatos com maior embasamento teórico, com a capacidade de gerar informações relevantes e tempestivas que auxiliem no processo decisório, contribuindo com a eficiência da entidade contratante (SENGE, 2004).

No que concerne à Contabilidade, as novas exigências e a maior cobrança dos profissionais, possivelmente, seja advinda do aspecto relativo à globalização e a necessidade de convergências às normas internacionais de contabilidade.

Este fator fomentou a necessidade de profissionais com um novo perfil, relacionado à capacidade de fornecimento de informações seguras para subsídio de decisões, de qualidades

gerenciais superiores àquelas de guarda livros vislumbrada aos profissionais de alguns anos atrás, seja no âmbito público ou privado.

Diante deste contexto, surge o seguinte questionamento: quais os conhecimentos exigidos dos profissionais contadores que almejam o ingresso no serviço público?

1.2 Objetivo

Com base no contexto apresentado, este estudo objetiva identificar o perfil de conhecimentos exigidos nos processos seletivos para investidura no cargo de Contador, no âmbito dos três poderes.

1.3 Justificativa

No âmbito do curso de Ciências Contábeis, juntamente com o grande interesse por parte dos universitários em ingressar na carreira pública, pesquisas e trabalhos sobre o perfil de conhecimentos esperado dos Contadores no serviço público são cada vez mais necessários e pertinentes.

Como a pesquisa científica tem como objetivo utilizar-se da realidade para melhor analisá-la, a discussão sobre os perfis de conhecimentos exigidos nos concursos públicos no Distrito Federal, além de aspecto prático, reveste-se de importância para o meio acadêmico. Com a identificação destes perfis, espera-se contribuir para a linha acadêmica que estuda os processos seletivos, com a inclusão de novos dados, informações e pesquisas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito e Previsão Legal de Concurso Público.

A aplicação de concurso público está prevista no Art. 37 da Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988), porém primeiramente é necessário entender o que é o concurso público. Para Carvalho Filho (2013, p. 651):

“Concurso público é o procedimento administrativo que tem por fim aferir as aptidões pessoais e selecionar os melhores candidatos ao provimento de cargos e funções públicas. Na aferição pessoal, o Estado verifica a capacidade intelectual, física e psíquica de interessados em ocupar funções públicas e no aspecto seletivo são escolhidos aqueles que ultrapassam as barreiras opostas no procedimento, obedecida sempre a ordem de classificação”.

Assim sendo, o concurso público trata-se de um procedimento administrativo que consiste em duas ações fundamentais: avaliar e selecionar. O processo de avaliação consiste na aplicação de provas que aferem as aptidões pessoais, não se resumindo a medir a capacidade intelectual dos indivíduos, mas abrange também aferição de suas competências físicas e psíquicas. Uma vez aplicados os testes os candidatos são classificados de acordo com o seu desempenho, e se inicia a fase de seleção dos candidatos. Nesse ponto seleciona-se entre os candidatos aqueles que se demonstrarem mais aptos a preencherem os cargos e funções públicas que se encontram vagos, observada a ordem de classificação.

Acerca do conceito de concurso público, Meirelles (2016, p. 542) traz a tônica importante características ao descrever que: “o concurso é o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da lei, consoante determina o art. 37, II, da CF.”

Nessa linha, o concurso é o meio utilizado para trazer uma maior efetividade ao serviço público através de uma seleção que não contenha qualquer tipo de favorecimentos, balizado pelos princípios da moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público, proporcionando ampla oportunidade a todos aqueles que possuam interesse em participar do certame, desde que atendam aos requisitos mínimos legais.

A Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988) em seu Art. 37 dispõe sobre a realização de concurso público:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;”

Assim, o disposto no Art. 37 da Constituição Federal (CF) traz a previsão legal da obrigatoriedade de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos para investidura em cargo ou emprego público na administração pública direta e indireta, ou seja, o acesso aos cargos e empregos oferecidos pelo poder público em seus órgãos se dará necessariamente por meio de concursos públicos.

Nessa linha, o concurso público pode ser entendido como condição de ingresso no serviço público e deve ser considerado como regra universal, porém o texto da Constituição Federal também traz exceções.

Fontainha (2014, p. 10), percorre: “(...) os concursos públicos são apenas um efeito colateral da marcha pela superação da aristocracia pela República: a marcha pela igualdade”. Logo, inserido no contexto da ideologia republicana, o concurso público surge como a tentativa de acabar com a aristocracia, ou seja, acabar com o ciclo de transferência de poder de modo hereditário e vitalício buscando oferecer oportunidades iguais a todos. Reforça-se assim a conceito de amplo acesso aos interessados em realizar as provas de concurso público como mencionado anteriormente.

Nas palavras de Madeira (2003) o concurso é uma série complexa de procedimentos para apurar as aptidões pessoais apresentadas por um ou vários candidatos que se submetem voluntariamente aos trabalhos de julgamento de uma comissão examinadora.

Por sua vez, Marinela (2010) esclarece que o concurso público é um procedimento administrativo colocado à disposição da Administração Pública para a escolha de seus futuros servidores. Ainda segundo a autora, representa a efetivação de princípios como a impessoalidade, a isonomia, a moralidade administrativa, permitindo que qualquer um que preencha os requisitos, sendo aprovado em razão de seu mérito, possa ser servidor público, ficando afastando os favoritismos e perseguições pessoais, bem como o nepotismo.

No que a regra de concurso público, no âmbito do Distrito Federal, esse é regido pelas normas estipuladas em edital, a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012 trata sobre as normas gerais para os processos seletivos no Distrito Federal. Dentre essas normas está prevista no Capítulo 3 (três) a obrigatoriedade da existência de Edital Normativo para todo certame que seja realizado.

Muito embora a Magna Carta possa ser classificada como analítica, ela não traz os detalhes minuciosos dos procedimentos relativos ao tema, em especial no que tange as regras dos editais que regem cada processo. Diante da relevância do tópico para o presente trabalho, faz-se necessária a menção ao decreto nº 6.944/2009, o mesmo estabelece as medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, tais como prazos, número de vagas, escolaridade, instituição realizadora, entre outros.

2.2. Perfil do Contador no contexto contemporâneo

De acordo com Mohamed (2003), a forma de atuação e as necessidades do contador tem se alterado com o passar dos anos, o que o leva a expandir seu campo de habilidades, não se limitando apenas ao conhecimento técnico contábil, mas, também a um nível de cultura geral que permita o entendimento do ambiente econômico, político e social em que os usuários de informações estão inseridos. Requer, portanto, familiaridade com questões relacionadas aos negócios.

O cenário mundial, o mundo globalizado trouxe o aumento da competitividade em todas as áreas, e com o profissional contador não foi diferente, sendo necessária a constante renovação para acompanhamento das evoluções do mercado. Consequência da globalização, a necessidade de adotar as normas internacionais de contabilidade e nesse processo há a necessidade de o profissional preparado para as mudanças advindas da harmonização.

No que concerne ao profissional contábil de nível superior, o Conselho Nacional de Educação (CNE) elenca as habilidades e competências necessárias para formar o profissional contador, entre elas a utilização adequada de terminologia e a linguagem de Ciências Contábeis e Atuariais; demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil; elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais; aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis; exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis; desenvolver, analisar e implantar sistemas de informações

contábeis e de controle gerencial; exercer com ética e proficiência as atribuições prerrogativas que lhe são prescritas, entre outros.

No âmbito internacional o IFAC (International Federation of Accountants), que de acordo com o site oficial da organização, é a organização global para a profissão contábil, dedicada a servir o interesse público, determina que dentre as principais habilidades que se esperam do contador, algumas competências são determinantes. O Quadro 1 as descreve:

QUADRO 1 – Competências de acordo com o IFAC

Competências	Descrição
Intelectuais	Contribuem para solucionar problemas, tomar decisões e julgar situações complexas, assim como está relacionada ao conhecimento e entendimento cognitivo.
Técnicas e funcionais	Compreendem as habilidades gerais e específicas de contabilidade, assim como a matemática, estatística e conhecimento em tecnologia da informação.
Pessoais	Compreendem as atitudes e comportamentos do profissional contábil que proporcionam melhoria na sua aprendizagem pessoal e profissional, assim como o comportamento ético e o auto aprendizado.
Interpessoais e de comunicação	Permite que o profissional interaja com outras áreas de conhecimento, trabalhe em equipe, receba e transmita informações, forme julgamentos, tome decisões;
Organizacionais e de gerenciamento de negócios	São as habilidades relacionadas ao funcionamento da organização, planejamento estratégico e gestão de processo
Conhecimentos	São as habilidades relacionadas aos conhecimentos específicos da contabilidade, como finanças e áreas afins, acerca dos negócios e das organizações e sobre a tecnologia da informação.

Fonte: Reis, *et al* (2012), baseado no IFAC (2011)

A análise descrita das competências e habilidades explicadas permite inferir que o contador deixou de ser um profissional altamente técnico e mecânico, para um profissional que faz uso das novas tecnologias, do ambiente externo e interno da entidade, que deve deter habilidades que o possibilitem auxiliar no processo decisório da entidade e na resolução de problemas.

2.3. Categorias de Conhecimento na Contabilidade

Dentro do campo da contabilidade, assim como em outras ciências, existem diversas áreas do conhecimento. Para o objeto deste trabalho foram definidos 5 (cinco) categorias de conhecimento: Contabilidade geral (financeira); Contabilidade pública; Contabilidade de custos; Contabilidade Fiscal (tributária) e Auditoria. A referida segregação se deu em razão de

ser a principal estrutura de divisão dos conhecimentos acadêmicos ofertados nos cursos de Ciências Contábeis. O Quadro 2 apresenta as categorias.

QUADRO 2 - Categorias de conhecimento na Contabilidade

Área do Conhecimento	Definição
Contabilidade Geral/Financeira	A Contabilidade financeira pode ser entendida como parte do sistema que provê informações para usuários externos e é orientada pelos princípios geralmente aceitos de Contabilidade (HANSEN e MOWEN, 1997 apud FREZATTI, et al, 2007).
Contabilidade Pública	Lima e Castro (2007, p. 02-03) definem: A Contabilidade Pública é o conhecimento especializado da Ciência Contábil que aplica no processo gerador de informações os conceitos, princípios e normas contábeis na gestão patrimonial de uma entidade governamental, de sorte a oferecer à sociedade informações amplas e acessíveis sobre a gestão da coisa pública.
Contabilidade de Custos	Padoveze (2013, p. 05) deixa claro que a contabilidade de custos é o segmento da ciência contábil especializado na gestão econômica do custo e dos preços de venda dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas
Contabilidade Fiscal/Tributária	Fabretti (2006, p. 01) define a contabilidade fiscal como o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada. A contabilidade fiscal ou tributária é utilizada para demonstrar a situação patrimonial e financeira da entidade
Auditoria	A International Federation of Accountants – IFAC (Federação Internacional de Contadores) define auditoria como “uma verificação ou exame feito por um auditor dos documentos de prestação de contas com o objetivo de habilitá-lo a expressar uma opinião sobre os referidos documentos de modo a dar aos mesmos a maior credibilidade”.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com a finalidade de atingir o objetivo de produzir informação relevante para o processo de tomada de decisão, principalmente do usuário externo, a entidade faz uso das demonstrações financeiras geradas pela contabilidade geral para fornecer informações sobre sua posição financeira em determinado momento, informações essas que darão a possibilidade de o investidor analisar e realizar projeções sobre sua continuidade operacional.

No âmbito do setor público a contabilidade gera informações para o usuário, que é a sociedade como um todo e a própria administração pública, assim estando disponíveis informações amplas sobre a gestão pública.

Por outro lado, com o surgimento das empresas industriais a contabilidade de custos se tornou uma das principais ferramentas para a tomada de decisão. A tarefa de atribuir custos aos estoques de bens destinados à venda ficou mais complexa, pois além do valor pago aos fornecedores de matérias-primas, tornou-se necessário incluir ainda nos custos dos estoques de produtos fabricados pela empresa os valores gastos com mão de obra e gastos gerais de fabricação (RIBEIRO, 2016).

Entende-se então que a contabilidade fiscal ou tributária é utilizada para demonstrar a situação patrimonial e financeira da entidade. Apura-se o resultado do exercício de acordo

com as normas de contabilidade aplicáveis com a finalidade de se encontrar a base de cálculo para os tributos incidentes, de acordo com a legislação tributária, como o IRPJ e a CSLL.

Por fim, percebe-se que a auditoria pode ser entendida como uma técnica ou procedimento de avaliação que tem como objetivo verificar o grau de aderência das orientações feitas pela administração da entidade e pelas normas contábeis com o objetivo de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis ao final do processo. O auditor fará uso dos documentos, registros cedidos pela entidade e investigar a integridade dos mesmos, bem como se há omissão de registros que possam causar distorção relevante.

3. METODOLOGIA

Em relação ao objetivo, esta pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (2007) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Quanto à estratégia de pesquisa, trata-se de uma pesquisa documental e idealizada a partir dos editais dos processos seletivos para o cargo de contador conforme descrito no Quadro 3.

QUADRO 3– Síntese dos editais

Órgão	Cargo	Esfera	Nº do Edital	Banca Examinadora	Data
TJDFT	Analista judiciário – Especialidade: Contabilidade	Judiciário	Edital nº 1	Cespe	2007
CLDF	Consultor legislativo – Categoria: Contador	Legislativo	Edital nº 1	Cespe	2005
CLDF	Consultor legislativo - Categoria: Contador	Legislativo	Edital nº 1	Fundação Carlos Chagas	2017
SEEDF	Analista de gestão educacional – Especialidade: Ciências Contábeis	Executivo	Edital nº 1	Fundação Universa	2010
SEEDF	Analista de gestão educacional – Especialidade: Ciências Contábeis	Executivo	Edital nº 1	Cespe	2016

Fonte: Elaborado pelo autor.

A pesquisa abrange todos os concursos realizados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), na esfera do Poder Judiciário, os realizados pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), na esfera do Poder Legislativo e as seleções realizadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), na esfera do Poder Executivo. Buscou-se priorizar a escolha pelo mesmo órgão de cada poder pela possibilidade de se analisar, as possíveis diferenças entre as exigências dos três poderes e o perfil do conhecimento exigido dentro do próprio órgão.

A coleta de dados foi realizada por meio da internet, a partir dos 2 (dois) últimos editais dos processos seletivos para cada órgão pesquisado, cabendo salientar que o edital do concurso realizado pelo TJDFT em 1997 não foi utilizado na análise, pois o mesmo não foi encontrado no sítio da instituição organizadora: www.cespe.unb.br.

Desta forma, optou-se pela utilização da análise de conteúdo como método de pesquisa, que Bardin (2009) define como um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens.

Bardin (2009) traz ainda que, a análise de conteúdo pode ser dividida em 3 (três) etapas: Pré-análise; Exploração do material (codificação e categorização) e o Tratamento dos resultados (inferência e interpretação). A pré-análise consiste em separar os documentos para um momento futuro. No presente trabalho essa etapa se referiu à obtenção dos editais para futura análise. A exploração do material visa os dados brutos que são sistematizados e separados em unidades capazes de propiciar ao pesquisador a oportunidade para descrever as características do conteúdo pesquisado. Esta etapa correspondeu à separação/categorização dos conteúdos exigidos nos processos seletivos. E por fim, o tratamento dos resultados trata do momento de realizar inferências comparativas e dar entendimento aos resultados da pesquisa.

Uma vez vencida a etapa da pré-análise, os conteúdos exigidos foram classificados em 5 (cinco) categorias de acordo com a estrutura acadêmica do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, a saber: Contabilidade Geral; Contabilidade Pública/Orçamento; Contabilidade de Custos; Contabilidade Fiscal/Tributária e Auditoria.

Para cada uma das categorias, todos os tópicos componentes dos conteúdos exigidos dos candidatos foram catalogados, construídos através de cada palavra descrita nos editais foi identificada a quantidade de tópicos exigidos em cada grupo e sua proporção em relação ao universo do edital. Os resultados estão descritos no tópico seguinte.

4. ANÁLISE DE DADOS

Com vistas a traçar o perfil esperado de conhecimentos do Contador para cada uma das esferas do poder, a análise de dados consistiu no exame de 5 (cinco) editais de concursos públicos para provimento de cargos no âmbito do Distrito Federal.

4.1 Perfil de conhecimentos para a categoria Contabilidade Geral/Financeira

QUADRO4– Contabilidade Geral/Financeira.

Conteúdo	TJDFT 2007	CLDF 2005	CLDF 2017	SEEDF 2010	SEEDF 2016
Princípios contábeis fundamentais	X	X	X	X	X
Componentes patrimoniais	X	X	X	X	
Fatos contábeis	X	X		X	
Contas – Débito e Crédito	X		X	X	
Apuração de Resultado/ DRE/	X	X	X	X	X
Plano de contas/ Classificação das Contas	X	X	X	X	
Provisões	X		X	X	X
Escrituração/Lançamento contábil	X	X	X	X	
Livros contábeis	X	X			
Balanco patrimonial	X	X	X		X
Lei 6.404/76	X		X		X
Destinação do lucro, reservas Dividendos	X		X		X
Capital de giro	X				
DLPA	X	X	X		X
DMPL	X	X	X		X
Conceitos Gerais		X		X	X
Exercício social e financeiro		X			
Inventário periódico e permanente/Estoques	X	X	X	X	X
Operações financeiras		X	X		X
Normas brasileiras de Contabilidade			X		
Estrutura conceitual			X		
Origem e aplicação de recursos			X		
Regime competência			X		
Mensuração e Reconhecimento			X		
Ativo e Passivo	X		X		X
Despesas antecipadas			X		
Investimentos	X		X	X	X
Depreciação, amortização e exaustão			X	X	
Custo e Reavaliação			X		
Combinação de negócios			X		X
DRA			X		X
DFC			X		X
DVA			X		X
Notas Explicativas			X		
Áreas de especialização da contabilidade		X			
Demonstrações contábeis obrigatórias/Consolidação				X	X
Consolidação de demonstrações contábeis				X	X
Análise de balanços: horizontal, vertical e por índice				X	X
Lei 11.638/2007					X
Lei 11.941/2009					X
Lei 12.249/2010					X
Pronunciamentos do CPC					X
Caixa e Equivalente de caixa					X
Contas a receber					X
Realizável a longo prazo					X
Ajuste a valor presente					X
Instrumentos financeiros					X
Valor Justo					X
Goodwill					X
Ativo imobilizado e critérios de avaliação					X
Impairment					X

Fornecedores					X
Empréstimos e financiamentos					X
Ativo e passivo contingente					X
Patrimônio líquido	X				X
Reservas de Capital					X
Ajuste de avaliação patrimonial					X
Reservas de lucros					X
Ações em tesouraria					X
Prejuízos acumulados					X
Concessões					X
Correção integral das demonstrações contábeis					X

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da análise do Quadro 4 é possível descrever que os conhecimentos esperados dos contadores do TJDF, relacionados a equação básica, livros contábeis, lançamentos, ou seja, operações básicas da contabilidade sem a exigência de conhecimentos que vão além do básico para o desenvolvimento profissional. Além destes, o certame também exigia que os candidatos tivessem algum conhecimento sobre as características, o objeto e denominação das sociedades anônimas no Brasil. Percebe-se que, mesmo sendo uma das categorias com maior peso, no que tange a quantidade, correspondendo a cerca de 32% do total dos tópicos exigidos, ao selecionar um profissional que atenda apenas aos requisitos básicos, entende-se que um Contador voltado para a técnica, capaz de realizar serviços de registro e escriturações seja suficiente para atender as demandas da entidade pública.

Seguindo a linha observada no concurso do Poder Judiciário de 2007, o processo realizado pela CLDF no ano de 2005 também objetivou selecionar candidatos que tivessem domínio das ferramentas básicas da contabilidade, porém com algum adicional no que concerne a áreas de especialização na contabilidade e domínio de atividades financeiras, como empréstimos, duplicatas e aplicações.

Diferentemente do que foi observado anteriormente, tanto no TJDF no ano de 2007, como na CLDF em 2005, o segundo processo realizado pela CLDF, apresentou uma cobrança maior de tópicos no quesito Contabilidade Geral quando comparado ao certame anterior, exigindo que o candidato demonstrasse conhecimentos que vão além das demonstrações contábeis obrigatórias, bem como um perfil mais gerencial, dominando aspectos como depreciação, mensuração, custo e reavaliação, além da compreensão das regras do exercício profissional e dos conceitos doutrinários, dos procedimentos aplicados de Contabilidade, que segundo o sítio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) representam as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

No âmbito do Poder Executivo, de forma semelhante ao observado nos primeiros processos dos demais poderes, o concurso realizado no ano de 2010 pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, optou pela maior exigência de conhecimentos básicos no que tange a categoria de Contabilidade Geral, mesmo sendo a categoria com maior

representatividade no universo do edital, correspondendo a 48% de todos os tópicos. Entretanto, é importante salientar a demanda para que o candidato tivesse conhecimento sobre assuntos como Investimentos, Depreciação e Amortização. Outra exigência foi a de análise financeira através dos quesitos Análise de Balanços, horizontal, vertical e por índice, indicadores relativos à liquidez, rentabilidade, lucratividade, endividamento e estrutura de capitais. Assim, reportando-se à Matarazzo (2003, p. 15) “a Análise de Balanços objetiva extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões”, o que sugere o perfil gerencial do servidor do poder executivo, além do estritamente técnico.

Distintivamente, no processo seletivo posterior, percebe-se um novo aspecto de conhecimentos exigidos dos candidatos que buscou ser alcançado. Através da cobrança não somente dos tópicos básicos da contabilidade, mas também mantendo a exigência de tópicos importantes como a Análise de Balanços, além da inclusão de assuntos mais robustos e contemporâneos relacionados às Normas Internacionais de Contabilidade, aos Pronunciamentos Contábeis e o conhecimento de aspectos gerenciais, como o Impairment, Goodwill e Valor Justo. Percebe-se então, no que corresponde à categoria em questão, a demanda por um profissional que atenda aos novos requisitos de mercado advindos da globalização, e que possua habilidades que o possibilitem auxiliar no processo decisório da entidade e na resolução de problemas.

No que diz respeito ao conhecimento de Contabilidade Geral/Financeira, constatou-se uma diferença relevante no perfil de conhecimentos esperados dos candidatos. No âmbito do Judiciário verifica-se que basicamente o enfoque do conteúdo cobrado esteve enfatizado em assuntos básicos da contabilidade, retratando assim, a procura por um candidato que atenda apenas aos requisitos mínimos da profissão.

No Legislativo houve uma evolução no processo realizado em 2017 passando a serem exigidos alguns aspectos gerenciais, como o conhecimento de demonstrações contábeis acessórias, investimentos e outros, porém sem ampla cobrança de forma, impossibilitando a caracterização de um perfil totalmente gerencial, para os moldes do contexto atual.

O processo realizado pela SEEDF é o que traz a maior diferenciação quando comparado aos demais, onde percebe-se o amplo destaque dado a assuntos de cunho gerencial. Tal característica reflete a evolução pela qual a profissão contábil passou com a adesão às normas internacionais de contabilidade, sendo esta a preocupação do poder executivo no sentido de viabilizar a contratação de um quadro de profissionais que se enquadre no novo perfil do contador, não se limitando a apenas realizar escriturações, mas que participe amplamente do processo decisório.

4.2 Perfil de conhecimentos para a categoria Contabilidade Pública

QUADRO 5– Contabilidade Pública.

Conteúdo	TJDFT 2007	CLDF 2005	CLDF 2017	SEEDF 2010	SEEDF 2016
Conceito, objeto, regime e campo de aplicação	X			X	X
Lei 4.320/64/ Legislação	X				
Decreto nº 93.872/86	X				
Receita e despesa pública: conceito, classificação e estágios	X	X	X	X	X
Tabela de eventos: conceito, estrutura e fundamentos	X			X	
SIAFI: conceito, objetivos e documentos	X	X			X
Balanço financeiro	X	X	X	X	X
Balanço Patrimonial	X	X	X	X	X
Balanço orçamentário	X	X	X	X	X
Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)	X		X		
Órgãos e entidades da administração pública		X			
Demonstração das variações patrimoniais	X	X	X	X	X
Registro de operações típicas nos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação		X			
Inventário, material de consumo e permanente		X			
Finanças Públicas		X	X		
Plano plurianual (PPA)		X	X		
Diretrizes orçamentárias (LDO)		X	X		
Orçamento Público: princípios, tipos, créditos orçamentários e adicionais		X	X		
Calendário da legislação orçamentária		X	X		
Suprimento de fundos		X	X		X
Restos a pagar		X	X		
Despesas de exercícios anteriores		X	X		
Execução orçamentária e movimentação financeira		X	X		X
Licitação		X	X		
Controle interno/Tomada e prestação de contas		X	X		
Auditoria Governamental: Relatórios e pareceres		X	X		
Lei orçamentária anual (LOA)			X		
Orçamento do DF			X		
Lei Federal 8.666/93			X		
Sistemas de cotação eletrônica e de registro de preços			X		
Pregão. Lei Federal 10.520/2002			X		
Decreto distrital nº 32.598/2010			X		
MCASP			X		X
Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e estrutura conceitual			X	X	X
Provisões, ativos e passivos contingentes			X		X
Estoques			X		
Contratos de Concessão de Serviços Públicos			X		
Demonstrações contábeis aplicadas ao Setor público			X		X
DFC			X		X
Notas explicativas			X		X
Sistema de Contabilidade Federal					X
Mensuração de ativos: imobilizado, intangível, reavaliação e redução ao valor recuperável					X
Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições					X
Sistema de custos					X
DMPL			X		X
Transações setor público					X
Conta única tesouro nacional					X

Fonte: Elaborado pelo autor

No que tange ao perfil de conhecimentos esperados na categoria Contabilidade Pública, é possível inferir que, no concurso realizado pelo TJDFT no ano de 2007, enfatizou-se novamente a cobrança por tópicos de cunho mais simplificado, de tal forma a exigir que o candidato tivesse conhecimento, principalmente, sobre as demonstrações contábeis características do setor público como o Balanço Orçamentário e Financeiro, e sobre o conceito de receita e despesa pública. Entretanto, faz-se importante ressaltar a exigência de

entendimento sobre a legislação básica na administração orçamentária no Brasil, que não foi alvo de avaliação por parte dos demais processos, bem assim a exigência de tópicos da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) que instituiu importante marco na administração pública brasileira. Conforme esclarece Bonacim e Silva (2010), a LRF além de incentivar o uso de ferramentas de uso gerencial por meio de normas orientadoras fez com que os gestores públicos passassem a ser os responsáveis diretos pela aplicação dos recursos arrecadados.

Já no âmbito do Poder Legislativo é possível observar o maior grau de exigência de conhecimentos relacionados à categoria em questão, sendo também a que conta com maior peso dentro dos processos seletivos da esfera, já que no ano de 2005 os tópicos referentes a contabilidade pública somaram 48% de todo o conteúdo específico do edital, enquanto que em 2017 foi reduzido para 35%.

No primeiro certame realizado, percebe-se a cobrança dos tópicos de caráter mais simplificado, que estão presentes no concurso do TJDFT com exceção dos assuntos referentes à legislação. Porém o concurso exige que o candidato apresente conhecimento em áreas com um enfoque gerencial, sendo necessário que o postulante tenha domínio dos aspectos acerca do controle interno, ferramenta que constitui papel importante para garantir a eficiência da gestão da entidade. Segundo o art. 74, II, da CF, o controle interno tem como objetivo: “comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal(...)”. Concomitantemente, anseia-se que o candidato tenha discernimento sobre a Auditoria Governamental que, como na auditoria das instituições privadas, visa garantir a eficiência do controle interno.

O segundo processo realizado pela CLDF trouxe ainda mais exigências no que concerne aos conhecimentos da categoria de Contabilidade Pública. O certame abordou em quase sua totalidade, todos os tópicos listados no processo precedente, incluindo o PPA, LDO e LOA, importantes ferramentas que constituem o processo orçamentário, com o adicional de conhecimento do orçamento no Distrito Federal, e do Decreto distrital nº 32.598/2010. A importância da menção a estes tópicos se dá pelo fato de que mesmo sendo alvo de avaliação concursos realizados apenas no âmbito do DF, até então não havia sido observado nenhuma referência a qualquer característica distrital. Somado a isto, a busca por um profissional que apresente domínio das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público, do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, instrumentos que visam garantir a aplicação do conhecimento atualizado e globalizado no exercício profissional e colaborar com

o processo de elaboração e execução do orçamento, reafirmando a procura por candidatos com um perfil gerencial no que concerne a categoria em análise.

Na análise do processo seletivo do Executivo, no que diz respeito ao primeiro processo seletivo, fica evidente a baixa exigência de conhecimentos sobre Contabilidade Pública, tendo o órgão optado pela cobrança de assuntos mais simplificados, de forma semelhante ao que foi observado no processo realizado pelo TJDFT.

Contudo, tal cenário não se repete no processo seletivo posterior. Percebe-se uma evolução por parte do órgão no que tange à exigência de conhecimentos que se espera dos candidatos. Com a mudança de foco, a proposta foi cobrar tópicos mais complexos e atuais como as NBC, as transações específicas do setor público e a mensuração de ativos, objetivando a seleção de um profissional que tenha um embasamento teórico que o possibilite analisar as situações e criar alternativas para a solução de possíveis problemas.

Assim de forma geral, no quesito Contabilidade Pública, foram identificados diferentes perfis profissionais, especialmente para o caráter mais simplório da seleção do judiciário em comparação ao profissional de perfil mais gerencial dos demais poderes.

4.3 Perfil de conhecimentos para a categoria Contabilidade de Custos

QUADRO 6 – Contabilidade de Custos

Conteúdo	TJDFT 2007	CLDF 2005	CLDF 2017	SEEDF 2010	SEEDF 2016
Custeio por absorção			X		X
Custeio variável			X		X
Custeio baseado em atividade			X		X
Custeio ABC			X		
Custeio pleno			X		
Custeio RKW			X		X
Sistema de acumulação de custos			X		
Apuração de custos para controle			X		
Custo das mercadorias e produtos vendidos e dos serviços prestados	X			X	
Custo direto					X
Custo padrão					X
Custos para tomada de decisões					X
Sistema de custos e informações gerenciais					X
Estudo da relação custo versus volume versus lucro					X

Fonte: Elaborado pelo autor

No que toca a categoria de contabilidade de Custos, no âmbito do Poder Judiciário, a exigência relativa a este conteúdo foi concentrada apenas no conhecimento de Custo da Mercadoria Vendida e Custo dos Serviços Prestados. Sua baixa relevância para o processo seletivo pode ser observada no fato de que, por se tratar de apenas um único tópico, no edital, o mesmo foi classificado dentro da categoria de Contabilidade Geral/Financeira.

No primeiro processo realizado pela CLDF não houve a cobrança deste conteúdo. Entretanto, em 2017 constatou-se a mudança em relação ao perfil de conhecimentos esperado dos candidatos nos assuntos ligados à Custos, sendo cobrado conteúdos relativos aos diversos métodos de custeio, a exemplo da absorção, ABC, RKW e outros, determinando um profissional com perfil diferenciado em relação ao certame anterior. A contabilidade de Custos está diretamente ligada ao aspecto gerencial da contabilidade, uma vez que não são todos os métodos de custeio que são aceitos pela legislação brasileira, sendo assim, utilizados para auxiliar no processo de decisão.

De forma similar, os certames realizados no âmbito do Poder Executivo passaram pelo mesmo processo de evolução dos conhecimentos exigidos. Na primeira seleção o tema foi abordado de forma simplória tratando apenas dos aspectos que cercam o custo das mercadorias e produtos vendidos, enquanto que no processo posterior, observou-se também o aumento das exigências, com a seleção de candidatos que tenham domínio dos sistemas de custos e informações gerenciais, ferramentas importantes de auxílio no processo de tomada de decisão.

No que tange a análise geral do tema, observou-se a tendência de aprimoramento na cobrança e busca por candidatos que tenham uma base teórica forte nos assuntos relacionados à contabilidade de custos, caracterizando assim a busca pela gestão eficiente no âmbito destes poderes. Entretanto, tendo em vista o período de realização dos processos, a limitação ao ano de 2007 no âmbito do Judiciário pode ser a causa da não observação dessa tendência.

No contexto atual, acompanhando assim a evolução da Contabilidade como ciência, não há mais espaço para os profissionais que se limitam a compreender apenas o mínimo necessário para a formação do Contador, as entidades passaram a buscar aqueles que têm a capacidade de atuar de forma a prever diversos cenários e escolher aquele que melhor atende a realidade da organização.

4.4 Perfil de conhecimentos para a categoria Contabilidade Fiscal/Tributária

QUADRO 7 – Contabilidade Fiscal/Tributária

Conteúdo	TJDFT 2007	CLDF 2005	CLDF 2017	SEEDF 2010	SEEDF 2016
INSFR/n.º 480/04	X				
INSRP/n.º 003/05	X				
Regulamento do ISS-DF	X				
Decreto n.º 25.508/05	X		X		
Provimento geral da corregedoria	X				
Obrigações principais e acessórias			X	X	
Retenções na fonte			X		X

Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)			X		X
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)			X		X
Programa de Integração Social (PIS)			X		X
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)			X		X
Imposto Sobre Serviços (ISS)			X		X
Contribuição previdenciária (INSS)			X		X
Apuração tributária pelo método do Lucro Real.			X		
Decreto nº 3.000/1999 (RIR)			X		
Lei nº 9.718/1998			X		
Lei nº 10.833/2003			X		
Lei nº 10.637/2002,			X		
Instrução normativa da Receita Federal do Brasil nº 1700/2017			X		
Instrução normativa da Receita Federal do Brasil nº 971/2009			X		X
Instrução normativa da Receita Federal do Brasil nº 459/2004			X		
Lei Complementar nº 116/2003			X		X
Conceito e classificação dos tributos				X	
Tributos federais				X	
Tributos estaduais				X	
Tributos municipais				X	
Contribuições sociais				X	
Fato Gerador da Obrigação Tributária				X	
Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições					X
Legislação básica e suas atualizações					X
Instrução normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012					X

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto à categoria Contabilidade Fiscal/Tributária, no concurso realizado pelo TJDF, os tópicos relacionados ao tema somam apenas aproximadamente 10% de todo o conteúdo específico exigido. Nota-se que o órgão espera que o candidato tenha apenas conhecimentos básicos sobre os tributos de forma geral, e que apresente conhecimento, principalmente, nos aspectos que circundam o ISS. Sendo o ISS um tributo municipal, faz-se relevante lembrar o fato de que o DF acumula as competências legislativas/estadual e municipal, sendo um questionamento sem resposta a ênfase neste tributo. Ademais, era esperado que o candidato tivesse domínio de alguns aspectos sobre a retenção de tributos e das normas gerais de tributação previdenciária, que estão dispostas nas Instruções Normativas nº480/04 e nº003/05, ambas se encontram revogadas na legislação atual.

No que diz respeito à esfera do Poder Legislativo, percebe-se que, após a categoria não ser alvo de avaliação no processo seletivo realizado em 2005, a mesma passou a ser exigida em 2017. Passou a ser requerido que o candidato apresente algum conhecimento sobre as obrigações principais e acessórias dos tributos, e que tenham grande entendimento sobre os aspectos legais. Importante ressaltar que foi exigido que o candidato apresentasse apenas conhecimento sobre o Lucro Real, sendo assim excluídos o regime pelo Lucro Presumido e o Simples Nacional, que também são aceitos na legislação brasileira.

Constatou-se ainda que, apesar de se tratar de um concurso para Contador de um órgão estadual, optou-se, basicamente, pela procura de um candidato que detenha conhecimentos sobre tributos que não são de competência do DF, ou seja, os tributos federais, sendo avaliado apenas o ISS no que é relativo ao alcance do DF.

No âmbito do Poder Executivo, o concurso realizado pela SEEDF em 2010, dentre todos os avaliados e diferentemente do que foi visto anteriormente, não exigiu que o candidato tivesse conhecimentos apenas dos tributos federais, mas sim, com igual importância, que dominasse os aspectos dos tributos federais e municipais. Percebe-se então que buscou-se um profissional que tenha amplo conhecimento dos tributos em geral, incluindo obrigações principais e acessórias e o seu fato gerador.

Na análise do segundo processo realizado pela SEEDF, o perfil de conhecimentos esperado dos candidatos passou a ser semelhante àquele observado na CLDF em 2017, de forma que deixou-se de pretender que o profissional tenha compressão sobre os diversos tributos de competência dos estados e municípios para se dar um foco maior a assuntos que se referem especificamente a tributos que são de mérito federal, como o IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

No que tange a categoria de Contabilidade Fiscal/Tributária, apurou-se que, mesmo se tratando de órgãos do DF, apenas o processo seletivo realizado pela SEEDF em 2010 buscou que os candidatos tivessem um embasamento teórico sobre os aspectos referentes a tributos que são de competência dos estados e municípios. Outrossim, percebe-se que nos últimos certames realizados passou-se a buscar por profissionais que tenham entendimento, principalmente, dos tributos federais para o preenchimento de suas vagas.

4.5 Perfil de conhecimentos para a categoria Auditoria

QUADRO 8 - Auditoria

Conteúdo	TJDFT 2007	CLDF 2005	CLDF 2017	SEEDF 2010	SEEDF 2016
Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna	X				
Auditoria no setor público federal	X				
Finalidades e objetivos da auditoria governamental.	X				
Abrangência de atuação	X				
Formas e tipos	X				
Normas relativas à execução dos trabalhos	X				
Normas relativas à opinião do auditor.	X				
Relatórios e pareceres de auditoria	X	X	X		
Operacionalidade.	X				
Objetivos, técnicas e procedimentos de auditoria: planejamento dos trabalhos	X				
Programas de auditoria	X				
Papéis de trabalho	X	X	X		
Testes de auditoria	X				
Amostragem estatística em auditoria	X				
Eventos ou transações subsequentes	X				
Revisão analítica	X				
Entrevista	X				
Conferência de cálculo	X				
Confirmação	X				
Interpretação das informações	X				
Observação	X				

Procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis	X				
Auditoria: conceitos gerais, princípios, normas, técnicas, procedimentos, controles internos		X	X		
Fluxos de operações		X	X		
Documentos e respectivos responsáveis		X	X		
Questionários		X	X		
Testes e verificações relativos aos principais grupos de contas patrimoniais e de resultados		X	X		
Legislação básica relativa à execução do trabalho e ao exercício profissional da auditoria.		X	X		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tendo em consideração a categoria de Auditoria, percebe-se que, no âmbito do Poder Judiciário, diferentemente do que foi observado nas demais áreas, foi exigido que o candidato apresentasse grande conhecimento sobre os assuntos que permeiam o tema em análise, uma vez que foram cobrados tópicos que vão além das noções básicas, sendo esperado que o candidato demonstrasse compreender os aspectos referentes às normas e aos diversos testes de auditoria. Esse fato pode ser justificado pelo edital que apresenta como perfil o profissional capaz de realizar atividades de nível superior referentes à programação, supervisão, coordenação ou execução especializada de trabalhos inerentes à administração orçamentária, financeira e patrimonial, contabilidade e auditoria; assessoramento especializado em todos os níveis funcionais do sistema de controle interno e acompanhamento e avaliação dos recursos alocados para o Órgão.

Michel (2014) esclarece que a auditoria, seja ela governamental ou particular, tem por finalidade a atividade de fiscalização dos atos praticados na área orçamentária, financeira e patrimonial, e se refere à etapa final do controle interno. Percebe-se que o órgão espera encontrar um profissional que detenha as competências e habilidades necessárias que o possibilite garantir a eficiência e eficácia dos controles internos da entidade.

No que diz respeito ao âmbito do Legislativo, o concurso realizado pela CLDF em 2005, diferentemente do observado no processo do TJDF, apresentou a exigência dos aspectos referentes à categoria de forma mais generalizada, espera-se que o candidato tenha conhecimento apenas das noções básicas para a formação do profissional.

Ao analisar o segundo processo seletivo, constatou-se que o perfil de conhecimentos esperados do candidato não se alterou, uma vez que optou-se pela cobrança dos mesmos assuntos mesmo sendo um certame realizado 12 anos após o anterior e ter sido realizado após a criação da Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção. A referida estabelecer responsabilidade civil e administrativa a pessoas jurídicas por atos cometidos contra a administração pública nacional e estrangeira, especialmente os relacionados a práticas corruptas, tendo assim, a Auditoria um papel importante na prevenção de erros e combate de fraudes.

Por fim, ambos os concursos públicos realizados pela SEEDF não abordaram a categoria Auditoria, diferentemente do que foi observado nas anteriores, onde se verificou a consistência dos assuntos exigidos em cada uma das categorias. Constatou-se então que no âmbito do Poder Executivo não é esperado um profissional que possa emitir uma opinião conclusiva da eficiência dos controles internos e do desempenho dos segmentos da organização como um todo.

No que se refere à Auditoria, demonstrou-se uma diferença relevante no que se refere ao perfil de conhecimentos esperados dos candidatos. Apenas no âmbito do Judiciário foi identificada a presença de assuntos que buscam garantir que o candidato apresente as competências necessárias para o bom desenvolvimento de suas atribuições.

4.6 Sobre as atribuições

A fim de identificar possíveis relações entre atribuições previstas e nível de conhecimento exigidos, o Quadro 9 foi elaborado.

QUADRO 9 – Atribuições e Remunerações

Órgão	Atribuições	Jornada de Trabalho	Salário
TJDFT - 2007	Realizar atividades de nível superior referentes à programação, supervisão, coordenação ou execução especializada de trabalhos inerentes à administração orçamentária, financeira e patrimonial, contabilidade e auditoria; assessoramento especializado em todos os níveis funcionais do sistema de controle interno e acompanhamento e avaliação dos recursos alocados para o Órgão.	40 horas semanais	R\$ 5.484,08.
CLDF - 2005	Planejar, coordenar e executar ações relativas à contabilidade pública, apurando os resultados necessários ao controle da situação orçamentária, financeira, contábil e patrimonial no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal.	40 horas semanais	R\$ 8.086,54.
CLDF – 2017	Planejar, coordenar e executar ações relativas à contabilidade pública, apurando os resultados necessários ao controle da situação orçamentária, financeira, contábil e patrimonial.	30 horas semanais	R\$ 15.879,40
SEED F – 2010	Organizar, dirigir e executar atividades referentes à contabilidade em geral, planejando, supervisionando e orientando a execução dos trabalhos, com vistas à apuração dos elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle da situação financeira e patrimonial da Secretaria de Estado de Educação.	40 horas semanais	R\$ 2.936,02

SEED F – 2016	Planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar atividades relacionadas à contabilidade em geral, com vistas à elaboração orçamentária e ao controle da situação financeira e patrimonial: participar de programas de desenvolvimento que envolvam conteúdos relativos à área de atuação ou neles atuar; executar outras atividades de interesse da área.	40 horas semanais	R\$ 4.223,76.
---------------------	--	----------------------	------------------

Fonte: Elaborado pelo autor

No âmbito do Judiciário, como visto anteriormente as atribuições previstas em edital ratificam o perfil de conhecimentos exigidos no processo seletivo realizado em 2007. Procura-se um candidato que seja capaz de realizar, principalmente, assessoramento em todos os níveis funcionais do sistema de controle interno, justificando-se assim, o enfoque dado à categoria de Auditoria.

Enquanto que nos outros processos seletivos realizados não foi possível identificar essa relação, uma vez que no âmbito do Legislativo, as atribuições não sofreram alterações, entretanto, como ficou evidente na análise dos editais que, houve uma evolução no perfil de conhecimentos exigidos dos candidatos.

No âmbito do Poder Executivo, também não se identificou tal relação, pois novamente constatou-se a evolução do perfil de conhecimentos exigidos no segundo processo seletivo, evolução essa que não pode ser identificada através da análise das atribuições dos cargos.

Por fim, a variável remuneração, também não mostrou ter relação direta com o perfil de conhecimentos exigidos nos órgãos, uma vez que é no âmbito do Executivo que, de forma geral, se encontram as exigências mais consistentes e as remunerações mais baixas. Sendo assim, a remuneração depende de outros fatores que não somente das atribuições e do perfil de conhecimentos esperados dos candidatos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou identificar o perfil de conhecimentos exigidos nos processos seletivos realizados no Distrito Federal, no âmbito dos três poderes, em concursos públicos que exigiam o diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Contábeis.

O objetivo foi alcançado através da demonstração e análise dos tópicos exigidos em cada uma das categorias para cada um dos concursos realizados. Desta maneira constatou-se os perfis de conhecimento exigido de profissionais aspirantes aos cargos nos órgãos do Poder Judiciário, Legislativo e Executivo, bem como sua característica, seja para o cunho técnico ou gerencial.

Da análise realizada, depreende-se que, no âmbito do TJDF, há foco em assuntos simplificados em quase todas as categorias de conhecimento, o que reflete a busca por um profissional que apenas detenha conhecimentos técnicos. No âmbito do controle, há uma exigência maior para o conhecimento de Auditoria, onde se constatou a exigência de um profissional que domine os diversos aspectos referentes às normas e aos diversos testes de auditoria. Faz-se importante reiterar que, no âmbito do Poder Judiciário apenas o processo seletivo realizado em 2007 foi alvo de análise, a não disponibilidade do Edital do concurso realizado em 1997 impossibilitou o seu estudo.

No âmbito do Poder Legislativo percebeu-se o oposto do que foi observado no Judiciário, em quatro das cinco categorias em questão, o órgão buscou selecionar candidatos que apresente um embasamento teórico que vá além das noções básicas, que os possibilite a auxiliar no processo decisório da entidade governamental. Apenas a categoria Auditoria, as exigências são pouco relevantes e de forma generalizada.

Na SEEDF, de forma geral notou-se a intenção de selecionar um profissional que apresente um perfil de conhecimentos mais voltado para o aspecto gerencial. De forma semelhante ao que ocorreu no Legislativo, evidenciou-se a consistência dos assuntos exigidos em cada uma das categorias com exceção ao controle, sendo o tema Auditoria um tópico inexistente no conteúdo dos dois processos seletivos analisados.

Um fator limitante do trabalho foi a análise restrita dos editais, de tal forma que não foram levantados os quantitativos de questões efetivamente cobradas nas provas dos processos seletivos, justificando-se que todos os assuntos previstos em editais são passíveis de serem cobrados e necessários para o desenvolvimento das atribuições do cargo, cabendo assim uma segunda pesquisa para verificar o efetivo nível de cobrança. Além disto, a escolha

por analisar apenas um órgão representativo de cada esfera do Poder também se tornou um fator limitante, pois ao analisar diferentes órgãos poderia haver uma mudança no perfil observado em alguma das categorias de conhecimento.

Em futuros trabalhos, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas que levem em consideração a quantidade e especificidade dos tópicos presentes no Edital em comparação com aqueles que são efetivamente cobrados nos exames, além de incluir na análise uma quantidade maior de órgãos para compor o quadro representativo de cada uma das esferas do Poder.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BONACIM, C. A. G; SILVA, D. R. A Influência da Lei De Responsabilidade Fiscal na Gestão das Contas Públicas Segundo A Percepção De Um Contador. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul/dez 2010

BRASIL. **DECRETO Nº 6.944, DE 21 DE AGOSTO DE 2009**. Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento (...). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/dd6944.htm. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 25/03/2018.

BRASIL. Lei n. 4.949, de 15 de outubro de 2012. **Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.cl.df.gov.br/documents/10162/3841130/Lei+dos+Concursos+Públicos.pdf> Acesso em: 14/04/2018.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**, 26ª Ed. Revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: LumenIuris , 2013.

Centro de Seleção e de promoção de eventos. **Concursos e Seleções. Apresenta informações de concursos realizados pela instituição**. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/>. Acesso em: 01/02/2018.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 16ª Edição. São Paulo: Editora Atlas 2017.

FONTAINHA, Fernando de Castro et al. **Processos seletivos para a contratação de servidores públicos. Brasil, o país dos concursos?**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV Direito Rio, 2014.

FREITAS, Ernani. Cesar. PRODANOV, Cleber. Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª Edição. Rio Grande do Sul: Editora Universidade Feevale 2013.

FREZATTI F.; Aguiar A. B.; Guerreiro R. Diferenciações entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. **Revista contabilidade e finanças**. São Paulo, vol.18 no.44, página 9-22, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JUNIOR, José Hernandez Perez. **Auditoria de Demonstrações Contábeis: Normas e Procedimentos**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atlas 2012.

LAGIOIA, Umbelina Cravo. Teixeira; SANTIAGO, Hugo Leonardo Ferraz; GOMES, Rafael Barbosa; RIBEIRO FILHO, José Francisco. Uma investigação sobre as expectativas dos estudantes e o seu grau de satisfação em relação ao curso de Ciências Contábeis. 2007. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Ano 04, v.1, n. 8. p 121-138. de julho a dezembro de 2007.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbson Gonçalves de. **Contabilidade Pública**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Servidor Público na Atualidade**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora América Jurídica, 2003.

MARINELA, Fernanda. **Servidores Públicos**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2010.

MATARAZZO, Dante. C. **Análise financeira de balanços – abordagem básica e gerencial**. 6ª ed. São Paulo. Atlas, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo brasileiro**. 42ª Edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2016.

MICHEL, André Luiz Silveira. **Auditoria governamental: do controle interno à auditoria**. 2014. Disponível em: <https://andreluizsilveiramichel.jusbrasil.com.br/artigos/117351088/auditoria-governamental-do-controle-interno-a-auditoria> . Acesso em: 10 de maio de 2018.

MOHAMED, E. K.; LASHINE, S. H. Accounting know ledge and skills and challenges of a global business environment. **Revista Contabilidade e Finanças**. v. 29, p. 3-16, 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade de custos: Teoria, Prática, Integração com Sistemas de Informações (ERP)**. 1 Edição. São Paulo: Editora Cengage Learning 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E.C. Metodologia **no trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª Edição. Novo Hamburo – RS: Editora Universidade FEEVALE, 2013.

REIS, Anderson de Oliveira; SEDIYAMA, Gislaine Aparecida Santada; MOREIRA, Vinicius de Sousa; MOREIRA, Camila Carolina. Perfil do Profissional Contábil: Habilidades, Competências e Imagem Simbólica. **Revista contemporânea de contabilidade**. Santa Catarina, v.25, p. 95-116, jan./abr. 2015.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custos**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva 2016.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização da aprendizagem.** 16. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

SILVA, R. M. P. **Percepção de formandos em ciências contábeis sobre sua preparação para ingresso no mercado de trabalho: um estudo ao âmbito dos cursos do Distrito Federal.** (Dissertação de Mestrado), UnB: Brasília, 2008.

.
.
.